

Mudança jurídica vai dar mais autonomia ao Sarah

Givaldo Barbosa 31.05.91

A Câmara deverá votar, na próxima semana, o projeto do Governo Federal que extingue a Fundação das Pioneiras Sociais e cria o Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais, para administrar o Hospital Sarah Kubitschek, através de contrato de gestão com o Ministério da Saúde. Segundo o relator do projeto, deputado Geraldo Alckmin Filho (PSDB/SP), na prática isso representa que a instituição terá maior autonomia para administrar o hospital, especialmente na área de recursos humanos, sob a supervisão do MS e fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU).

Essa mudança, conforme Alckmin — que dará parecer favorável ao projeto, com algumas modificações —, é necessária em função da implantação do regime jurídico único para os servidores públicos, o que atinge os funcionários do Sarah, tendo em vista que a Fundação Pioneiras Sociais é de direito público. "Não podemos dar o mesmo tratamento a um centro de saúde do interior do País e a um hospital de ponta como o Sarah, que necessita de funcionários com tempo integral e dedicação exclusiva", argumentou.

Alckmin explicou que com a criação da associação de direito privado, a instituição terá maior liberdade para contratar e demitir funcionários, de acordo com a necessidade. "A atual situação ficou muito limitada pelo regime jurídico único, que atende perfeitamente ao interesse de 95% das instituições", ressaltou. Os atuais servidores teriam a opção de serem transferidos para o Ministério da Saúde, sem qualquer prejuízo funcional, ou pedirem demissão do serviço público, para serem contratados pela associação.

Privatização

No entanto, a presidente do Sindicato dos Médicos, Maria José da Conceição, a Maninha, não concorda com esse argumento, afirmando que os atuais servidores estão trabalhando com dedicação exclusiva, sem qualquer problema, apesar do regime jurídico único. "Não vejo qualquer incompatibili-

dade entre o estatuto do servidor e o trabalho do Sarah", afirmou Maninha, apostando que "isso nada mais é do que a privatização de um hospital público que é reconhecido internacionalmente".

Alckmin esclareceu que o projeto não representa a privatização do Sarah, já que todo o patrimônio da Fundação passará para o Ministério da Saúde. "Além disso, a diretoria da associação terá de fazer um planejamento a ser submetido e supervisionado pelo Ministério, com fiscalização do TCU", frisou.

Mascarada

O deputado Augusto Carvalho (PCB/DF) considera a matéria bastante polêmica e pretende discuti-la com setores da saúde. "Em princípio, a informação que eu tenho é de que isso representa uma privatização mascarada", afirmou Augusto que também vai ouvir os argumentos do relator, antes de se posicionar sobre o assunto. "O que não podemos é aprovar o projeto sem maiores discussões", lembrou. O seu partido, juntamente com PT, PC do B e PSB estão planejando derrubar o regime de urgência urgentíssima para apreciação do projeto, o que retardaria a sua votação em pelo menos 45 dias.

Membro do Conselho Comunitário, que será transformado em Conselho Administrativo, o deputado Osório Adriano (PFL/DF) também não considera que o projeto leve à privatização do Sarah. "Essa é uma experiência nova no País que vai dar maior liberdade de administração, fugindo-se da cadeia que emperra a ação", destacou o deputado que defende a extensão do modelo a outros órgãos públicos, como forma de modernizar a administração.

As mudanças propostas pelo relator do projeto vão atingir exatamente o Conselho Administrativo. Alckmin entende que o conselho deverá ampliar a sua representatividade junto à sociedade, incluindo-se entre os seus membros — atualmente são 21 — representantes dos doentes, dos servidores e do Conselho Federal de Medicina.



Doentes terão seus representantes no Conselho Administrativo